

N 250

250 anos **da Imprensa Nacional** **Uma breve história**

Maria Inês Queiroz
Inês José
Diogo Ferreira

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

250 anos da Imprensa Nacional - Uma Breve História

Coordenação científica

Maria Inês Queiroz

Pesquisa

Diogo Ferreira, Inês José, Tiago Mendes

Paginação

Nuno Silva/INCM

Mai 2020

www.incm.pt · prelo.incm.pt · facebook.com/incm.livros · editorial.apoiocliente@incm.pt

Imprensa Nacional é a marca editorial da · Imprensa Nacional is the editorial brand from **INCM**

Esta edição, em formato exclusivamente digital, constituída por 10 pequenos volumes, é uma breve síntese adaptada a partir da obra *Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional*, da autoria de Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, publicada pela Imprensa Nacional em 2019, com *design* da fba.

VOLUME 07 |

REORGANIZAÇÃO

O pós Segunda Guerra Mundial trouxe mudanças importantes para a Imprensa Nacional em termos de autonomia, modernização tecnológica e formação. Em 1946 iniciaram-se as obras no edifício, envolvendo a renovação de oficinas e da central elétrica.

A reorganização dos serviços, em 1953, alargou a autonomia técnica e administrativa da Imprensa Nacional e enquadrou-a nos serviços industriais. Simultaneamente, clarificou a sua missão e afirmou o seu carácter não concorrencial. Ao longo dos anos 1950-1960, renovaram-se equipamentos de impressão, litografia e composição. Também o ensino voltou a estar no centro da atividade da Imprensa Nacional, procurando recuperar a capacidade técnica anterior ao encerramento das escolas.

Mas este foi também um período de grandes incertezas quanto ao papel industrial e editorial da Imprensa Nacional, chegando a comprometer o seu desenvolvimento.

Alceamento de um trabalho
tipográfico [década de 1960].
Coleção Particular de Fernando
Marques Faria.



3

PREPARAR A PAZ, REABRIR A ESCOLA

Perto do final da Segunda Guerra Mundial, a Imprensa Nacional debatia-se com a dificuldade de aquisição de novo equipamento e a falta de verbas para reparação do equipamento existente, a crescente falta de pessoal (agravada pela falta de formação de novos aprendizes ditada pelo encerramento das escolas desde 1933) e a urgência de reorganização.

Em abril de 1945, o administrador António Gomes Bebiano fez chegar à tutela um pedido de abertura de 14 vagas nas diversas secções, ao qual associou também a necessidade de reabertura da escola tipográfica, que se mantinha encerrada a pretexto da crise do setor gráfico, entretanto superada. As novas contratações e a reabertura do ensino profissional foram autorizados alguns dias depois e em setembro do mesmo ano foram abertos concursos para admissão de aprendizes de compositor e para admissão de pessoal para a impressão, litografia, encadernação e oficinas de eletricidade e serralharia.



Oficina de carpintaria da Imprensa Nacional, 1968. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

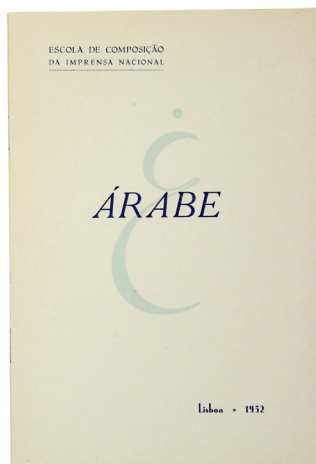
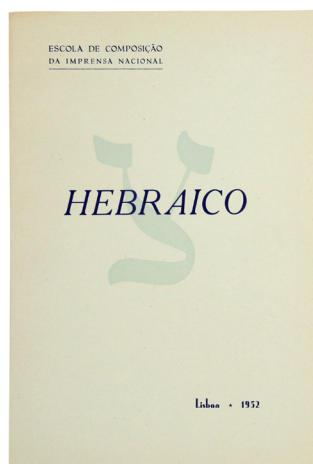
Mas à reabertura da escola devia associar-se também a reforma geral de serviços. Em agosto de 1945, Gomes Bebiano evocou as dificuldades de contratação de pessoal gráfico para a Imprensa Nacional num primeiro projeto de reforma, recordando que, além de estabelecimento industrial, a Imprensa era também uma «escola gráfica», devendo estar organizada em função destas duas missões. De acordo com a proposta, deviam ser criados dois quadros de serviços técnicos: o de pessoal permanente, ao qual cabia garantir a «continuidade do cunho, do estilo, da característica próprios dos trabalhos saídos dos prelos da I.N.L.», estudar e acompanhar o desenvolvimento das artes gráficas; e o de pessoal contratado, que devia adequar-se às necessidades dos serviços. Na verdade, os problemas enfrentados pela Imprensa Nacional até ao início dos anos 1950

combinavam a perda de pessoal especializado (de 135 compositores em 1938, caiu para 66, em 1952) com a acumulação de trabalhos em atraso, agravados pelo crescente número de requisições de impressos.



Com a reativação da formação profissional foi aberto o caminho a novos métodos de ensino, acompanhando as mudanças do pós-guerra. Em 28 de julho de 1947, por iniciativa do revisor em serviço na Secretaria, Manuel da Silva Martins, e do mestre da escola tipográfica, Luís Daniel da Costa Carvalho, iniciou-se um ciclo de aulas de português e francês destinado aos aprendizes de composição e que, não tendo por objetivo «ensinar a falar qualquer das línguas», se destinava à aprendizagem da escrita gramatical, procurando obviar a falta de preparação dos concorrentes. Na mesma altura, Costa Carvalho foi autorizado a visitar escolas gráficas em Paris e Bruxelas, com o apoio do Instituto para a Alta Cultura (IAC), para estudar os novos processos de ensino.

Oficinas de serralharia da Imprensa Nacional, 1968. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Manuais de composição de hebraico e árabe, da escola de composição da Imprensa Nacional, 1952. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Por seu turno, a escola de impressão estava mais atrasada e dependente da futura reforma, dependendo também de melhores condições tecnológicas. Como se referiu em sessão do conselho técnico de 6 de novembro de 1951, a continuidade do ensino devia ser percebida como meio de fortalecimento da «honrosa fama de que gozava a Imprensa Nacional de Lisboa» como «verdadeira escola de artistas». Nesse mesmo sentido, o relatório da comissão que apreciou as contas gerais do Estado de 1952 apontou para a Imprensa a vantagem de «estabelecer um programa de modernização, a executar pouco a pouco, na medida das possibilidades».

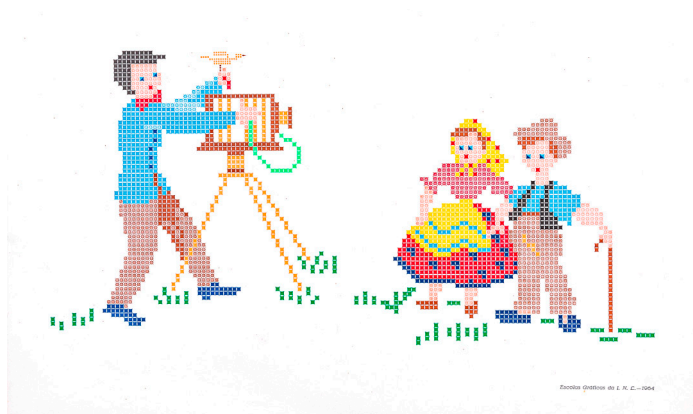
Era tempo de reorganização.

ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

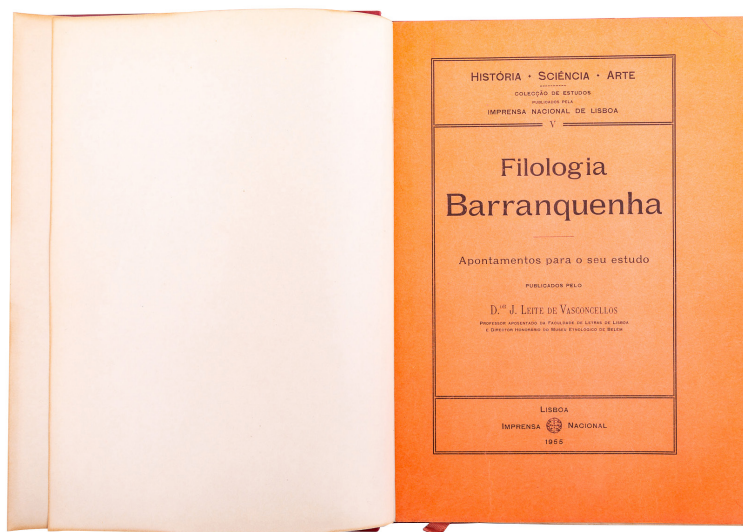
Os efeitos da guerra, sobretudo aqueles que se materializaram em custos, continuaram a fazer-se sentir dramaticamente nos primeiros anos de paz, numa altura em que se intensificou a discussão quanto à necessidade de rever o funcionamento da Imprensa Nacional. As contas gerais do Estado relativas a 1946 deixavam a descoberto um aumento de despesa, numa variação de custo de produtos e matérias-primas calculado em 3600 contos para 1940 e em 4300 contos para 1946.

No plano económico, e embora não tendo participado na guerra, o nosso país teve também de se reajustar ao contexto de reorganização e planeamento, dele beneficiando a mais longo prazo com os famosos «trinta anos dourados» do crescimento económico — contrariando progressivamente o modelo de austeridade económica e estimulando a industrialização. Mas a transição para a paz não se fez sem sobressaltos, sobretudo até ao final dos anos 1940, quando a conjuntura de crise financeira evidenciou as fragilidades estruturais da economia portuguesa. Na Imprensa Nacional, as dificuldades de aquisição de matérias-primas mantiveram-se, agravando-se mesmo com a conjuntura de crise internacional e consequente subida de preços. Em abril de 1947, o administrador propôs a criação de reservas de algumas matérias-primas cujos preços se mantinham mais instáveis, procurando mitigar a enorme falta de autonomia de um estabelecimento que, apesar da sua vocação industrial, continuava a funcionar sob dependência extrema da tutela.

Trabalho das escolas gráficas da Imprensa Nacional para aprendizagem da impressão a várias cores, 1964. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Nesta fase, a importação de materiais era especialmente vulnerável à flutuação de preços e a aquisição nacional (como era o caso do papel) sentia também os efeitos do aumento dos custos das pastas importadas para o seu fabrico. O parecer apresentado à Assembleia Nacional, em março de 1948, enunciou, justamente, as condições limitadas de funcionamento da Imprensa, que desempenhava «no meio gráfico um papel importante e devia por consequência ser dotado dos elementos indispensáveis ao bom desempenho da sua função». Nesta altura, verificavam-se atrasos de dez anos para alguns trabalhos como a *Legislação Portuguesa*. Atrasos esses que resultavam da falta de recursos humanos e tecnológicos.



Estas dificuldades refletiam-se, é claro, na produção corrente, como faria notar o chefe da secção n.º 4 da Oficina Tipográfica, António Pereira da Costa Júnior, numa exposição de 5 de abril de 1947, a propósito do *Diário das Sessões*, lamentando «as mesmas fadigas, contrariedades e arrelias já verificadas no primeiro, ainda para mais agravadas com o aumento no número de páginas do *Diário das Sessões*». Perante este cenário, o chefe da secção propôs um conjunto de medidas de organização do trabalho, como a mudança da composição manual para junto da composição mecânica, até então «muito afastada da composição manual, resultando disso uma série de perdas de tempo e de esforços que se podem considerar totalmente inúteis». Esforços estes que implicavam a demora sistemática do transporte de provas para emendas, agravada pelo número de vezes em que era necessário regressar às máquinas para correções. Também o trabalho de revisão deveria estar mais próximo da secção:

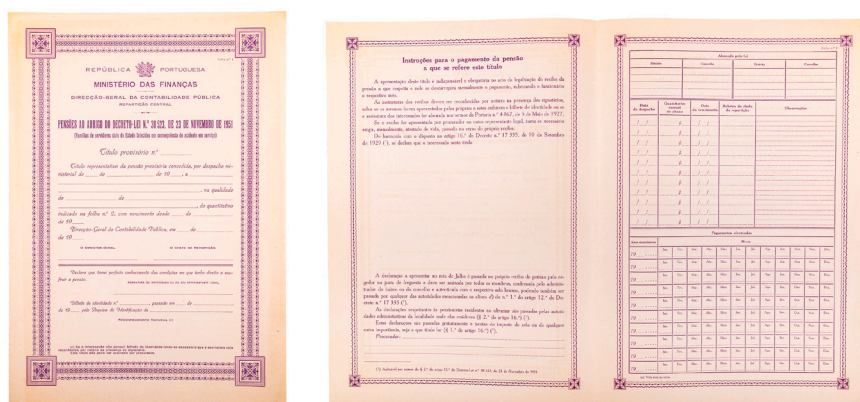
A revisão está muito afastada da secção das Sessões, o que obriga a constantes passeios (120 passos de cada vez). Portanto, a «mesa» ou «mesas» necessárias instalar-se-iam na atual arrecadação, paredes meias com a secção de

Quinto volume da coleção de estudos «História, ciência, arte», da autoria de José Leite Vasconcelos, 1955. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

composição. Logo que cessasse a leitura das provas das sessões, os revisores recolheriam novamente ao gabinete da revisão para completarem o dia lendo outros trabalhos. Esta medida obviaria a vários inconvenientes derivados da distância a que a revisão atualmente se acha.

Enquanto aguardava a reforma, a Imprensa Nacional foi concretizando outros objetivos, como as obras e reparações no edifício, iniciadas em 1946 e estendidas até à década seguinte, envolvendo a renovação de oficinas e da central elétrica. A remodelação mereceu a visita do ministro do Interior, Cancela de Abreu, em 19 de abril de 1947, durante a qual, segundo relato do *Diário da Manhã*, «percorreu todas as dependências do edifício que, presentemente, se encontram em reparação, detendo-se alguns momentos a conversar com os chefes das oficinas, inquirindo como decorriam os serviços que estavam em plena laboração».

Modelo de impresso para concessão de pensões [década de 1950].
Fotografias de Nuno Silva (INCM).
Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



ABERTURA À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Também no contexto do pós guerra, as exigências de organização, formação e capacidade técnica cresceram em função da reorganização internacional e da aproximação de Portugal aos organismos de cooperação. A partir da década de 1950, intensificou-se a participação portuguesa em comités e reuniões técnicas promovidas à escala internacional, envolvendo a Imprensa Nacional, por exemplo, nos encontros referentes à normalização de terminologias e ensaios técnicos. Participação esta que se refletiu também, desde logo, na crescente sensibilização, entre o pessoal da IN, para um dos principais problemas do setor gráfico, decorrentes da toxicidade dos materiais, associada a níveis elevados de saturnismo e outras doenças respiratórias, estimulando em vários países uma regulamentação tendente à elevação salarial, redução de horários de trabalho, consumo de leite, férias de recuperação física, entre outras medidas.

Um outro exemplo significativo da abertura à cooperação internacional passou pela própria Biblioteca da Imprensa Nacional que ao longo da década de 1950 procurou especializar-se no apoio à consulta do *Diário do Governo*, cujo

número de leitores crescia de dia para dia, bem como no fornecimento de informação sobre legislação em geral, através do alargamento de permutas com outros países, à semelhança do que já se fazia no caso dos jornais oficiais de Espanha e França.



Entretanto, a reforma do ensino técnico, de agosto de 1948, conduziu à criação na Escola de Artes Decorativas António Arroio dos cursos de Fotógrafo de Artes Gráficas, Gravador Fotoquímico, Gravador de Bronze, Cobre e Aço, Compositor Tipógrafo, Impressor Tipógrafo, Desenhador-Gravador Tipógrafo, Fundidor de Tipo, Desenhador-Gravador Litógrafo, Impressor-Transportador Litógrafo, Encadernador-Dourador. Na Imprensa Nacional, no mesmo sentido de modernização do ensino profissional e de uma clara persistência na renovação da fundição de tipos, o subchefe da oficina, Manuel Lopes Canhão, visitou, entre janeiro e março de 1951, diversas fábricas de fundição de tipos de imprensa suíças, francesas e italiana como bolseiro do IAC. O fundidor, que em 1953 e 1954 alargou a missão de estudo, pediu apoio para realizar «estágios em fábricas produtoras de tipos no estrangeiro e visitas às que constroem os respetivos maquinismos e a laboratórios em que a investigação científica, posta ao serviço da indústria, dê o sentido prático da formação de ligas de aplicação tipográfica». Lopes Canhão, que defendia a criação de caracteres inteiramente portugueses e a modernização dos processos de trabalho, tinha assumido a direção da escola de fundição da Imprensa em dezembro de 1949 e o cargo de subchefe de oficina em abril de 1950.

Uma parte dos resultados desta missão foi partilhada numa conferência realizada na Biblioteca da IN, em 19 de março de 1952, com a presença do diretor

Impresso para concessão de pensões de preço de sangue. Modelo 1390 da Imprensa Nacional, 1954. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

do Museu de Arte Antiga, João Couto, na qual Lopes Canhão sintetizou propostas que podiam estender-se ao setor gráfico em geral, atendendo sobretudo ao papel da fundição de tipos na produção tipográfica:

O estudo da qualidade dos metais que se destinam às ligas tipográficas e o da composição e fabrico destas, além de representarem a base do bom funcionamento da fundição de tipos, formam um todo que se repercute economicamente na vida da tipografia e, tecnicamente, noutros ramos desta, como muito bem o podem demonstrar, por exemplo, os artistas impressores.

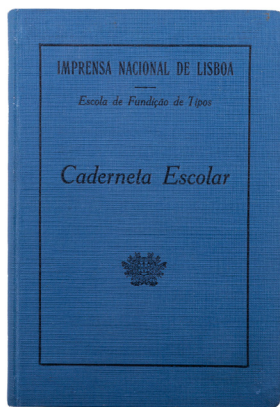
Num relatório de 29 de setembro de 1956, Manuel Lopes Canhão evocou a necessidade de organização dos instrumentos de fundição e do ensino, cujos processos e tecnologia teriam de ser modernizados. A recente abertura da escola, acompanhada pelo subchefe da fundição, ajustava-se já ao Estatuto do Ensino Técnico Profissional e Médio, com novo programa e acompanhamento de provas de aptidão pelo Instituto de Orientação Profissional. Faltava, no entanto, concretizar a «revisão periódica dos desenhos dos tipos existentes, para que se eliminem os mais inadequados e se criem outros, consentâneos com o culto da arte nas eras próprias» e conseqüentemente reduzir a dependência externa que pesava sobre a indústria nacional: em 1950, a importação de tipo pelo país tinha custado mais de 2000 contos, aproximando-se das 25 toneladas, distribuídas por uma indústria que rondava as 800 oficinas e cerca de 15 000 operários, cuja produção dependia de caracteres móveis...

Uma outra preocupação que estivera sempre presente, mas que agora se colocava como prioridade na organização do trabalho, prendia-se com a toxicidade da indústria e o quadro preventivo a seguir:

E porque a fundição de tipos é uma das atividades mais nocivas à saúde, provocando o saturnismo pelo uso do chumbo (emanações das ligas tipográficas e poeiras metálicas), além das eventualidades do perigo intoxicante do gás, que ainda se utiliza para derreter os metais, são de aconselhar todas as precauções que previnam possíveis males.

A produção não deriva só do grau adiantado dos maquinismos, da habilidade dos trabalhadores e do cumprimento dos seus deveres, mas também de outros fatores que a favoreçam, integrados nas novas conceções do trabalho, em que os conceitos de economia não desprezam os imperativos da natureza e da vida.

A renovação tecnológica e a conseqüente melhoria da qualidade dos tipos fabricados em Portugal estavam assim na base do estímulo à produção nacional e à redução da dependência externa. Ao desenvolvimento industrial devia associar-se ainda a especialização técnica, nomeadamente através da aposta num maior «potencial bibliográfico técnico» da Biblioteca da Imprensa Nacional.



Caderneta de aprendiz da Fundição de Tipos da Imprensa Nacional [19-]. Fotografias de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FUNDIÇÃO DE TIPOS

Entretanto, em março de 1953, Manuel Lopes Canhão recebeu nova «bolsa artística» do IAC para aprofundar o estudo da fundição de tipos, em particular os métodos de ensino, na Holanda, Alemanha Ocidental, Bélgica e Suíça. Esta missão esteve na base do plano de remodelação da fundição de tipos, do qual Lopes Canhão fora incumbido e que incluía o estudo da produção de ligas tipográficas. Em maio do ano anterior, a administração da Imprensa tinha imposto a apresentação de boletins de análises laboratoriais como condição de compra de metais, avançando agora para a decisão de «modificar o velho sistema manual de fabrico, transformação e tratamento de ligas tipográficas» e de comprar dois fornos mecânicos. A mudança implicava não só a melhoria das condições, qualidade e tempo de produção como também a redução dos efeitos nocivos que a manipulação de ligas impunha — preocupação que, aliás, tinha igualmente dominado esta segunda viagem de Manuel Canhão. Em novembro de 1953, após vários meses de estudos e apreciações de propostas, o conselho técnico aprovou a aquisição de um forno mecânico para fabrico de ligas tipográficas.

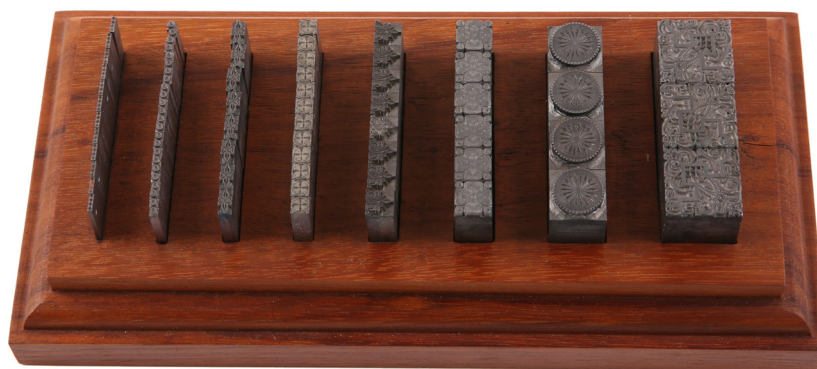


As viagens de estudo do subchefe da Fundição estenderam-se ao longo da década de 1950, com resultados visíveis sobre a renovação dos métodos de ensino, trabalho e equipamento. Num ofício ao ministro do Interior, em setembro de 1956, o novo administrador, Hígino Borges de Menezes, deu conta da importância das visitas realizadas no ano anterior à Holanda, Bélgica, França e Itália, com reflexos evidentes sobre «o reequipamento da Oficina de Fundição de Tipos, em ordem a poder satisfazer as necessidades da Imprensa e da indústria tipográfica nacional». A missão tinha permitido observar a posição da composição manual em relação à composição mecânica, em franco crescimento, e as lógicas de complementaridade verificadas nas oficinas visitadas. Com efei-

Caixa de instrumentos da fundição para abrir punções, incluindo uma faca, um micrómetro e blocos de justificação. Foi utilizada ainda na década de 1980, até o encerramento da fundição de tipos da Imprensa Nacional. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

to, a composição mecânica não permitia compor tabelas e trabalhos artísticos, funcionando em estreita articulação com o sistema manual. Os processos de estereotipia também fizeram parte desta missão de estudo, uma vez que eram uma preocupação central da Imprensa Nacional cuja técnica implicava ainda «complicadas operações de alceamento que depois provocam na impressão».

As missões de estudo de Lopes Canhão também abriram portas a programas experimentais, tendo especialmente em conta a necessidade de renovação da Oficina de Fundição e o plano de remodelação por ele desenvolvido. Em agosto de 1955, o responsável pela oficina propôs o preenchimento das quatro vagas do quadro da escola de fundição e a oficialização do programa seguido no curso experimental de 1950-1953, cujo sucesso era visível. A par do plano de remodelação da Fundição que apresentou ao ministro do Interior, Lopes Canhão foi também convidado a integrar o Centro de Estudos do Livro Português com vista ao «estudo da letra de imprensa em Portugal» e à respetiva renovação tipográfica.



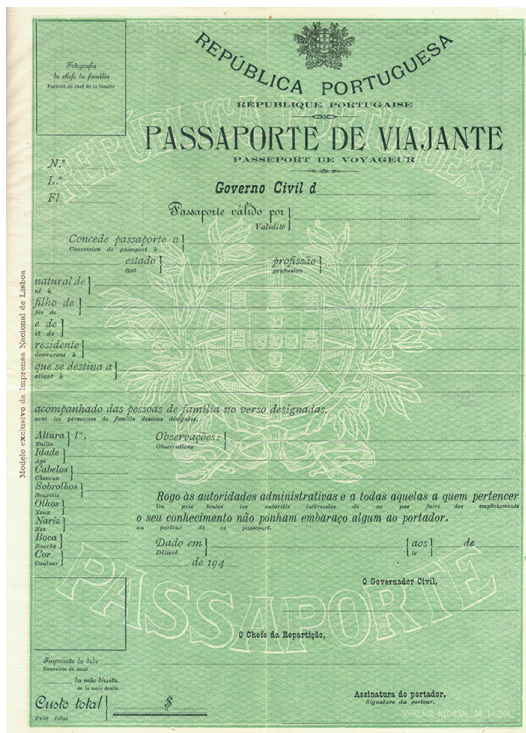
Suporte contendo ornamentos tipográficos produzidos na fundição de tipos e utilizados para fins decorativos como molduras, cabeçalhos ou rodapés. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

NA GÉNESE DA IMPRESSÃO DE SEGURANÇA

Entre os documentos oficiais a cargo da Imprensa Nacional, a produção de passaportes, pela sua importância em matéria de segurança interna e externa, foi a que mais cedo beneficiou de tecnologias preventivas contra a falsificação. Com a afirmação política e institucional do Estado Novo, o passaporte tornou-se matéria mais sensível do regime, sendo emitido pelo Ministério do Interior através da PVDE/PIDE. Até esta altura, e seguindo o enquadramento legal de 1919, o passaporte era constituído por exemplares de «um único tipo, litografados e impressos na Imprensa Nacional».

O novo modelo de passaportes, decretado em 5 de setembro de 1944, veio concentrar várias disposições legais relativas à concessão do documento, procurando aproximá-lo também de um formato «idêntico ao geralmente usado por quase todas as nações e de harmonia com a Convenção Internacional de Ge-

nebra, a que Portugal oportunamente aderiu, e fixar de forma precisa os tipos de passaporte português», definidos em cinco tipologias: diplomático, especial, ordinário, para emigrantes, para estrangeiros em situação irregular. Os impressos de todos os passaportes, seriados e numerados, foram definidos como exclusivo da Imprensa Nacional, à qual cabia posteriormente remeter «à polícia de vigilância e defesa do Estado nota do fornecimento feito, discriminando: o organismo ao qual dirigiu a remessa, a quantidade de exemplares remetidos e correspondentes séries e números».



As novas disposições vinham introduzir também alterações aos dispositivos de segurança, procurando combater a contrafação e reforçar o controlo do Estado. Num ofício confidencial de 23 de setembro de 1946, enviado pelo inspetor-adjunto da PIDE ao administrador da Imprensa Nacional, era notória a preocupação com o crescente número de falsificações, impondo-se a sua substituição urgente pelo formato estabelecido em 1944:

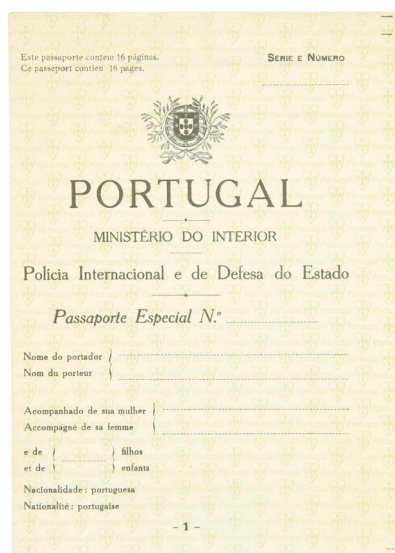
Espécime de passaporte de viajante, década de 1940. Modelo exclusivo da Imprensa Nacional. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Confirmando e ampliando a conversa telefónica que há dias tive com V. Ex.^a, tenho a honra de insistir na urgência da edição dos passaportes criados pelo Decreto n.º 33 918, que deveriam ter entrado em vigor em janeiro de 1945, se não tivessem surgido dificuldades na aquisição de papel e percalinas. Contudo, a quantidade de passaportes falsos (principalmente de Consulados) que ultimamente têm aparecido, vieram criar situações difíceis, porquanto há muitos estrangeiros com responsabilidades internacionais que

exibem a nacionalidade portuguesa em vários países. Tais factos deram lugar a que Sua Ex.^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros tivesse feito reparos cuja insistência, por razões de várias ordens, é indispensável evitar.

Se as percalinas para as capas são difíceis de obter, o meu Diretor toma a liberdade de sugerir que, nas primeiras edições, as capas sejam feitas num papel forte, à semelhança dos últimos passaportes alemães, franceses e de outras nacionalidades. Desta forma, resolver-se-ia mais rapidamente o assunto.

O atraso de produção dos novos passaportes — ainda por concretizar em 1947 — prendia-se fundamentalmente com as dificuldades de importação de papel especial da *Wiggins, Teape*, através da Ahlers, Lindley, L.^{da}, à qual tinham sido encomendadas 2 toneladas de papel. Nesta fase, as encomendas da IN ascendiam a 27 000 exemplares anuais para o Ministério do Interior e 7000 para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, tornando-se urgente emitir «os novos passaportes numerados e seriados, a fim de reduzir ao mínimo as falsificações».



Espécime de passaporte especial, emitido pela PIDE [década de 1940]. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Em poucos anos, o desenvolvimento acelerado da investigação científica aplicada à indústria, inerente ao período de reconstrução posterior à guerra e à chamada era da *big science*, criou novos espaços de inovação com especial importância para a indústria gráfica. Na área de fabrico de papel, destacaram-se entre os fabricantes representados em Portugal a *Sensitized Strong White Wove* e a *Tutankhamon Safety Paper*, representadas, respetivamente, pela Ahlers, Lindley, L.^{da}, e pela Sociedade Comercial Zoios, ambas fornecedoras da Imprensa Nacional. Este último papel era fabricado «segundo as mais científicas e rigorosas características, fruto de longos anos de investigação», aplicando sais químicos que não alteravam a composição do papel ou a cor, sendo considerado o «único papel verdadeiramente inviolável, sem defeitos de espécie alguma, nem inconvenientes, que reúne características laboratoriais e tipográficas próprias para o

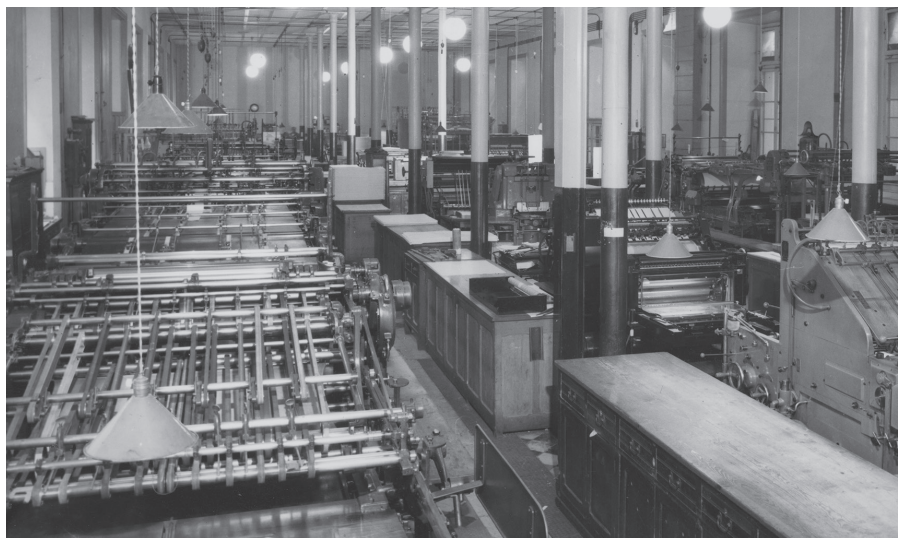
fim a que se destina». A compra de papel sensibilizado através da Ahlers passou a fazer-se regularmente nos anos seguintes.

SOB VIGILÂNCIA

Com a mudança de designação, por decreto de 22 de outubro de 1945, de PVDE para PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), também os seus poderes de repressão foram alargados, designadamente — e além do controlo da emigração e passagem de fronteiras — em matéria de instrução preparatória de processos criminais políticos e autorização de detenção «para averiguações» durante 180 dias. Os meios materiais e legais de vigilância dotaram a PIDE de maior capacidade para o exercício da repressão política sobre as oposições. Recorde-se que os anos finais da Segunda Guerra Mundial deram lugar ao recrudescimento das oposições, cuja repressão, logo a partir de 1946, veio reafirmar as verdadeiras intenções do regime quanto à sua natureza política.

Como se observou, as suspeitas e estratégias de controlo do operariado da Imprensa Nacional e do seu anexo começaram cedo, conhecendo-se processos políticos bem como informações — estas particularmente dispersas e menos claras — relativas a trabalhos clandestinos e desvios de material. Em 26 de julho de 1944, investigava-se junto das várias oficinas a possível execução de trabalhos para fora, com suspeitas que recaíam sobre os compositores Vasco da Rocha Cosme — que, segundo informação do Comando Geral da Legião, «assobia[va], em pleno trabalho, a internacional» — e Jonas Martins dos Reis, desde logo pela aparente cumplicidade das chefias, como acusava em depoimento o chefe dos Serviços Tipográficos, Ramos Frazão. A estas denúncias, somava-se a suspeita de cooperação das chefias, que deixavam «os seus subordinados durante a execução dos trabalhos que lhes confiam, dando até origem a que eles, por vezes, se ausentem da oficina por mais tempo do que aquele que seria natural.»

Secção de impressão, início da década de 1970. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Mas o contexto de maior repressão política ficou reservado para o final da década de 1950, no rescaldo do «delgadismo» e em vésperas da guerra colonial, numa altura em que também era já evidente a existência de uma ramificação organizada, como «organismo de empresa», do Partido Comunista Português na Imprensa Nacional. Com a formação das oposições durante e após a Segunda Guerra Mundial — designadamente a reorganização do Partido Comunista Português, em 1941, e a criação do Movimento de Unidade Democrática (MUD), em 1945 — iniciou-se também a constituição de um núcleo de oposição ao Estado Novo entre as várias oficinas da Imprensa Nacional, com forte expansão nos anos que se seguiram. Tanto quanto se sabe, a célula do PCP na Imprensa foi ativada em 1945 através do compositor da secção n.º 6, João Loureiro dos Santos, que terá aderido ao partido no mesmo ano. Segundo os processos de investigação da PIDE, Loureiro dos Santos teria sido «um dos principais expansores das doutrinas comunistas entre os serventuários da Imprensa Nacional de Lisboa». A organização também incluiu figuras de chefia, como o chefe da Secção de Composição, Carlos Júlio de Sousa Ferreira, que em 1945 aderiu ao MUD, transitando para o PCP em 1947. Sousa Ferreira viria a constituir o secretariado do «organismo de empresa» juntamente com a costureira dobradora Berta Fonseca do Carmo Carvalho e os compositores Mário Augusto de Sousa e Constantino Saial Vacondeus.

Os processos abertos pela PIDE em 1959 envolveram, além de trabalhadores de outras secções, uma parte muito significativa das Secções de Composição n.ºs 4, 5 e 6, sendo esta última a responsável pela impressão do *Diário do Governo*. Os vários envolvidos foram então acusados de atividade clandestina e «subversiva» contra o regime, desde a distribuição interna de imprensa clandestina (incluindo o *Avante* e *O Militante*), passando pelo pagamento de quotas de apoio ao partido e a recolha de fundos, obtidos pela venda de artigos de uso pessoal, higiene e tabaco, cujos lucros revertiam para esse apoio, identificado como grupo «Dimitrov» no jornal *Avante*. A recolha de fundos processava-se ainda através de um «sorteio semanal por meio de cartões ao preço de 1\$00 cada, por semana, em ‘entradas’ em bilhetes de lotaria e adquirindo rifas com inteiro conhecimento do destino desse dinheiro». A recolha de fundos destinava-se a ajudar o partido e, segundo recorda o antigo impressor Fernando Marques Faria, teria também em conta o apoio às famílias dos presos políticos.

Neste quadro de vigilância, em 1959 foram detidos 21 suspeitos acusados de militância no Partido Comunista, de «aliciamento» de outros trabalhadores para a mesma militância, de ligação ao «aparelho de imprensa» clandestina e de conspiração contra o regime. Entre as acusações incluía-se o desvio de material de composição tipográfica da Imprensa Nacional para a produção de panfletos de propaganda clandestina.



Entre os presos políticos, destacou-se o caso de Berta Fonseca do Carmo Carvalho, costureira dobradora, que terá integrado o partido em 1945, ano em que foi admitida na Imprensa Nacional por transferência do anexo na Rua da Rosa, tendo incorporado o secretariado da «organização». Acusada de receber periodicamente a imprensa clandestina e de participar na recolha de fundos na Secção de Encadernação, onde vendia produtos de higiene, ficou também conhecida pela lealdade partidária demonstrada pelo silêncio e resistência que ofereceu ao interrogatório da polícia política, recusando-se «sistematicamente, a responder a todas as perguntas que lhe foram formuladas, em face dessas acusações». Num testemunho publicado em 20 de setembro de 1974, pouco depois da sua readmissão na Imprensa Nacional, Berta Carvalho recordou ao jornal *A Capital*:

— Um dia fui chamada ao gabinete dos administradores. Nenhum deles lá se encontrava. Deparei com uma brigada da PIDE chefiada pelo sinistro Mortágua. Nem me deixaram mudar de roupa. Fui conduzida para a Rua António Maria Cardoso tal como estava a trabalhar: de sapatos velhos e bata preta. Aí começaram os interrogatórios que me pareciam infundáveis. Nunca me bateram, mas os improperios eram constantes porque eu recusava-me a denunciar os meus camaradas. Mantiveram-me incomunicável durante três meses em Caixas. Só depois de muito gritar me levaram para a cela 6. E lá prosseguiram os interrogatórios que se prolongavam por dias inteiros. Mantiveram-me em Caixas dez meses detida sem julgamento.

Em 1959, a PIDE fez 21 detenções, na sua maioria de tipógrafos e impressores. Para a memória histórica, ficaram os testemunhos de quem assistiu à

Notícia sobre o julgamento de alguns dos tipógrafos da Imprensa Nacional, presos pela PIDE em 1959, publicado no *O Século*, de 25 de outubro de 1960.

chegada de elementos da PIDE e ao vazio deixado nas Oficinas de Impressão e Composição. Os julgamentos seguiram-se ao longo de 1960, tendo, em vários casos, como advogados de defesa Mário Soares, Duarte Turras e Rui Cabeçadas

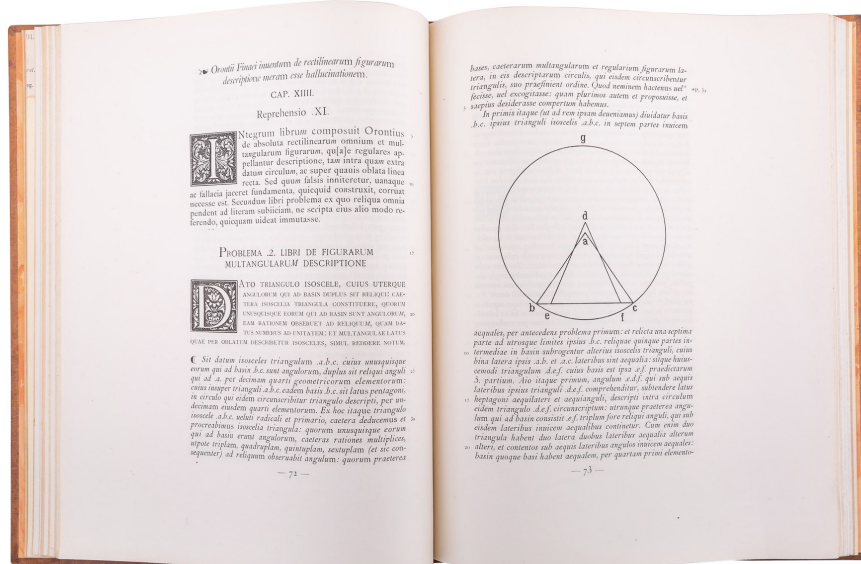
Para além dos evidentes efeitos políticos destas detenções, a descoberta do grupo opositor na IN e respetivo afastamento resultaram na perda de recursos humanos que, mesmo a médio prazo, seria difícil de compensar.

PLANEAMENTO

Acompanhando o sentido reformista e o ambiente de planeamento económico estimulados pelos ventos do pós-guerra, a reorganização da Imprensa Nacional, finalmente concretizada em 1953, distinguiu-se das reformas anteriores em dois eixos principais: por um lado, definiu e clarificou a missão e competências da Imprensa Nacional e, por outro, afirmou o seu carácter não concorrencial perante a iniciativa privada, remetendo-a, em larga medida, para o cumprimento dos serviços essenciais a prestar ao Estado e setor público. Simultaneamente, concedeu maior autonomia à IN, embora depressa se revelasse insuficiente. O preâmbulo do Decreto-Lei n.º 39 487, publicado em 29 de dezembro de 1953, compreendia a reforma num contexto setorial mais alargado, atribuindo à Imprensa uma missão central, ainda que fora do plano concorrencial:

Através da reorganização conferem-se à Imprensa Nacional de Lisboa as atribuições inerentes ao papel que lhe cabe desempenhar como organismo industrial do Estado e considera-se a importância da sua missão como escola gráfica de grande projeção no País.

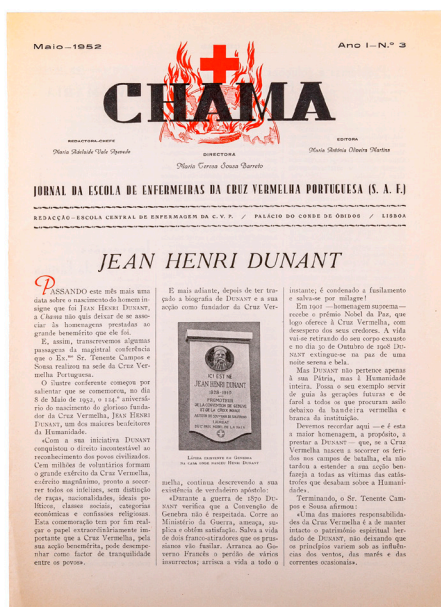
Terceiro volume da nova edição (revista e anotada) das obras de Pedro Nunes, coordenada pela Academia das Ciências de Lisboa e publicada pela Imprensa Nacional, 1960. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Assim, a Imprensa foi colocada sob tutela direta do Ministério do Interior (até aqui mantinha tutela intermédia), passando a gozar de autonomia técnica e administrativa. Pelo mesmo diploma, foi-lhe cometida a missão de «exercer a atividade gráfica em regime de exploração industrial e tendo em vista, particularmente, a execução de publicações que interessam ao Estado». Ficou também oficialmente incumbida de compor e imprimir boletins oficiais, coleções de legislação, circulares e ordens de serviço e outras publicações oficiais, mantendo a missão de reimprimir obras raras da Biblioteca Nacional e edições da Academia das Ciências de Lisboa, agora incluindo a Academia Portuguesa de História e a Academia Nacional de Belas-Artes.

De acordo com a reorganização de 1953, a fundição de tipos permanecia no quadro das suas competências mas, neste caso, para colmatar as necessidades próprias e de outras tipografias enquanto a indústria nacional não pudesse assegurar estes fornecimentos. A execução de trabalhos particulares ficou sujeita a autorização especial da tutela, procurando circunscrevê-la a trabalhos que não pudessem «ser realizados em igualdade de condições técnicas pela indústria privada, se da sua realização não resultar prejuízo para as publicações oficiais». A reforma fez criar também, como preconizado, um quadro do pessoal técnico permanente e outro do pessoal eventual.

N.º 3 do jornal *A Chama. Jornal da Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa*, maio de 1952. A composição e impressão do jornal foi assegurada pela Imprensa Nacional. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Com a remodelação administrativa e o início da renovação tecnológica, iniciou-se um novo ciclo de vida da Imprensa Nacional. A acompanhar estas mudanças, esteve também a morte de Gomes Bebião, em 28 de outubro de 1955, e a consequente substituição por Hígino Borges de Menezes, nomeado em comissão de serviço para o lugar de administrador da Imprensa Nacional

de Lisboa por portaria de 22 de dezembro de 1955. Borges de Menezes tinha iniciado carreira profissional no Ministério da Educação Nacional e depois no Ministério das Obras Públicas, tendo transitado para a administração da Imprensa depois de cumprir funções como chefe de gabinete do ministro do Interior, Trigo de Negreiros.

EM AMBIENTE DE «APAGADA E VIL TRISTEZA»

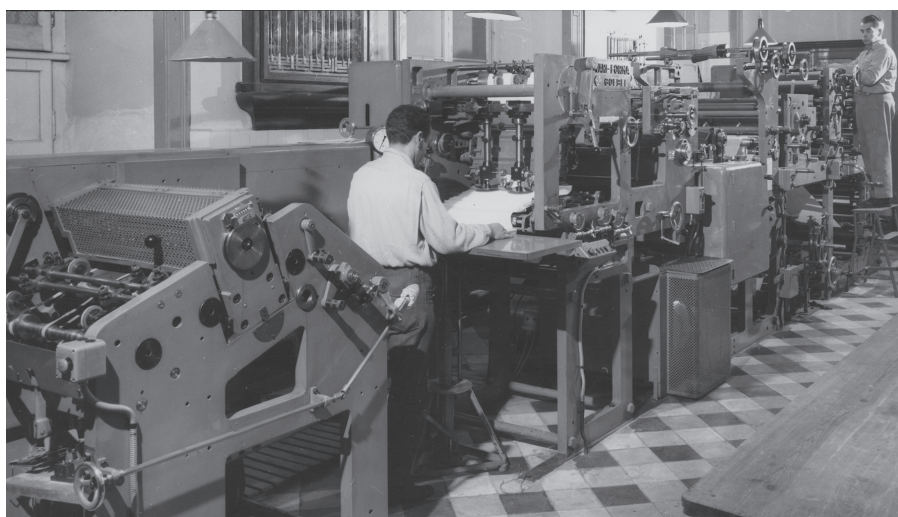
A viragem para a década de 1960 assinalou um dos períodos mais dramáticos da história da Imprensa Nacional, que convivia com o rápido crescimento do setor gráfico e editorial do país e a decorrente dificuldade de recrutamento de recursos humanos qualificados, enfrentando constantes obstáculos à modernização e o cerceamento de atividade por parte do Estado, que vinha diluindo a sua vocação editorial numa política de exclusivos orientada para a produção de impressos e documentos de identificação.

À escala setorial, a coordenação dos organismos corporativos — com as ilusões, os atrasos e o alcance limitado próprios da organização corporativa portuguesa — foi regulada por portaria de 14 de dezembro de 1961. O início da década trouxe de igual modo o reforço do condicionamento pretendido pelos industriais (também ele com os limites conhecidos), através da promulgação, em 1962, do Regulamento do Exercício da Indústria de Tipografia, preconizada pelo II Congresso da Indústria Portuguesa de 1957. A regulação perspetivava o controlo do crescimento exponencial de oficinas gráficas subdimensionadas, com equipamento ultrapassado ou desadequado, sem condições de higiene e trabalho. Procurava, no fundo, conter a concorrência fora dos limites desenhados pelo Grémio dos Industriais Gráficos num contexto que era, efetivamente, de forte expansão da atividade gráfica e editorial.

Impressão de formulário, década de 1970. Coleção Imprensa Nacional - Casa da Moeda.



Mas afinal, e quase alheio a todas estas transformações setoriais, o quotidiano da Imprensa Nacional conhecia uma outra realidade. A forte clivagem salarial sentida entre o setor privado e público dificultava crescentemente o recrutamento de pessoal, a cujos concursos só acorriam profissionais que não encontravam lugar na indústria particular. Como recordou mais tarde Higinio Borges de Menezes, o rápido desenvolvimento tecnológico das artes gráficas e o aumento da oferta salarial externa condicionaram largamente a capacidade de produção da Imprensa, conduzida «em verdadeiro plano inclinado, que mais cedo ou mais tarde conduziria ao abismo». Assim, a atividade da Imprensa Nacional nestes anos sessenta ficou praticamente circunscrita à composição e impressão das duas primeiras séries do *Diário do Governo*, do *Diário das Sessões*, dos pareceres da Câmara Corporativa, do orçamento e contas gerais do Estado, além dos modelos oficiais exclusivos e, pontualmente, de edições de maior complexidade técnica ou de especial relevância nacional, encomendando muitas vezes trabalhos de composição, impressão, brochura e encadernação à indústria privada. Era, segundo Higinio de Menezes, «neste ambiente de ‘apagada e vil tristeza’ que se aproximava o 2.º centenário da Imprensa Nacional.



De resto, a apreciação das contas de 1967 dava nota da situação dramática e até contraditória que a Imprensa enfrentava, sobretudo pela perda de pessoal especializado para a indústria particular. À carência de recursos humanos, agravada pelas demissões políticas e pelos recrutamentos militares para a guerra colonial, somavam-se limitações tecnológicas e problemas de «racionalização de trabalho».

Também o quotidiano dos trabalhadores foi marcado por um ambiente de progressiva deterioração, como revelava o Grupo Desportivo em julho de 1964 ao jornal *República*, aludindo ao estado de «semirruína» vivido nos últimos anos mas que não demovia a sua direção de investir em obras de renovação das instalações e de planear um futuro que incluísse o ensino de línguas, a reorganização

Máquina alemã Goebel, modelo Variforma, para impressão de formulários de formato variável. 1968. Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

da Biblioteca, a projeção de filmes associados a palestras, a atividade teatral e mesmo a criação de uma secção de cinema experimental sonoro com formação associada.

A aproximação do segundo centenário da Imprensa Nacional avizinhava-se, portanto, como o momento oportuno para retomar «os caminhos da sua verdadeira história». Também oportuna, ou pelo menos mantendo a centralidade na sessão de 16 de março de 1966 da Assembleia Nacional, era a reafirmação da escola gráfica da Imprensa Nacional, «único estabelecimento no País onde é ministrada esta arte» e através do qual poderia «aumentar a sua influência na indústria». Em breve, a Imprensa Nacional seria transformada em empresa pública.

Datas importantes

Setembro 1945	Reabertura das escolas profissionais.
19 de abril de 1947	Visita do Ministro do Interior à Imprensa Nacional, durante o período de obras do edifício.
15 de janeiro a 19 de março de 1951	O subchefe da fundição, Manuel Canhão, visita fábricas de fundição de tipos de imprensa francesas e italiana, com apoio do Instituto para a Alta Cultura.
29 de dezembro de 1952	Lei n.º 2058, que define as Bases do I Plano de Fomento (1953-58).
1952	Aquisição da máquina de impressão <i>offset Mann Mirror</i> para a oficina litográfica, a primeira do género no nosso País.
29 de dezembro de 1953	Reorganização dos serviços nos domínios industrial, formativo, administrativo e técnico.
24 de novembro de 1955	Criação de um Conselho Técnico na Administração.
7 de dezembro de 1955	Novo regulamento. Introduce novas regras de edição das publicações oficiais e de publicações particulares e define as competências da administração e a organização dos serviços industriais e da escola profissional.
26 de maio a 1 de junho de 1957	II Congresso da Indústria Portuguesa, em Lisboa. Preconiza a regulamentação do exercício da indústria de tipografia como estímulo à modernização de equipamento e das oficinas tipográficas.
29 de dezembro de 1958	Autorização para aquisição e montagem de equipamento <i>Goebel, Variforma 500</i> , para impressão de formulários de formato variável.
15 de março de 1961	Início da Guerra Colonial.
14 de dezembro de 1961	Regimento da Corporação da Imprensa e Artes Gráficas, incumbido de coordenar a ação dos organismos corporativos que a constituem.
7 de dezembro de 1962	Regulamentação do exercício da indústria de tipografia.
4 de dezembro de 1964	Contrato de fornecimento e montagem de uma máquina automática rotativa de impressão litográfica <i>offset</i> , fabricada pela <i>Società Nebiolo Torino</i> , modelo <i>Invicta 38</i> , de duas cores.
29 de dezembro de 1967	Autorização para aquisição e montagem de uma fundidora-compositora, sistema <i>monotype</i> , para fundir caracteres de imprensa nos corpos de 4 a 14 pontos <i>Didot</i> .

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

I. ARQUIVOS

Arquivo do Instituto Camões

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo Oliveira Salazar

Ministério do Interior

Arquivo PIDE/DGS

Imprensa Nacional — Casa da Moeda / Arquivo Histórico da Imprensa Nacional

2. DOCUMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Assembleia Nacional, *Parecer sobre as Contas Gerais do Estado...* [1945-1968], Lisboa, Imprensa Nacional.

Diário das Sessões da Assembleia Nacional

Diário do Governo

3. DOCUMENTAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

Administração Geral da Imprensa Nacional de Lisboa. *Ordens de Serviço* [1945-1968].

4. JORNAIS E REVISTAS

Avante

Diário da Manhã

Diário de Lisboa

República

5. BIBLIOGRAFIA

II Congresso da Indústria Portuguesa, Relatórios de sectores industriais, 7-8-9, 1957, Nova Lisboa Gráfica, 1957.

CANHÃO, Manuel, *Nos Domínios da Arquitectura do Livro*, Lisboa, Grémio Nacional dos Industriais Gráficos, 1952.

FARINHA, Ramiro, *Imprensa Nacional de Lisboa. Sinopse da Sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1969.

MENEZES, Higinio Borges de, *A Imprensa Nacional-Casa da Moeda como Empresa Pública*, separata do n.º 16 do *Boletim do Instituto Português de Ciências Administrativas*, Lisboa, [1973].

N 2510

© N I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.